Lisboa, 7 de Janeiro de 2009

Senhora Ministra da Saúde

Excelência,

A entrada em vigor dos dois Acordos Colectivos das carreiras médicas impôs prazos de negociação de várias matérias pendentes aí previstas.

Neste momento, todos os prazos foram ultrapassados, à excepção da constituição da Comissão Paritária do Acordo Colectivo da Carreira Médica Especial, cujo processo foi desencadeado pelas duas organizações sindicais médicas.

As nossas organizações sindicais tomaram também a iniciativa de propor, com três semanas de antecedência, a data de 5/1/2010 para se realizar a primeira reunião de negociação dos serviços mínimos a adoptar durante as greves.

O Ministério da Saúde não deu qualquer resposta prévia e não compareceu à reunião.

A nível do Acordo Colectivo de Trabalho dos EPE's não existem interlocutores constituídos para se definir a respectiva comissão paritária, nem para iniciar a negociação das matérias pendentes da contratação colectiva.

Paralelamente, assistimos ao desencadeamento de medidas ministeriais que violam os princípios da negociação sindical como foi o preocupante caso da alteração unilateral dos indicadores de desempenho das USF.

Numa perspectiva construtiva e de procura empenhada de soluções que, em simultâneo, resolvam problemas laborais dos médicos e garantam um funcionamento mais adequado e sustentável dos serviços de saúde, as duas organizações sindicais médicas têm apresentado propostas fundamentadas e tomado a iniciativa de suscitar a discussão de problemas concretos e de urgente abordagem.

A situação agora criada pelo Ministério da Saúde em torno do prosseguimento da negociação sindical, coloca sérias apreensões e exige um integral esclarecimento de V. Exª..

Vimos, por isso, solicitar a urgente realização de uma reunião que retome o processo negocial das matérias pendentes da contratação colectiva.

Aguardando resposta, subscrevemo-nos com os nossos melhores cumprimentos.

O Secretário-Geral do SIM,
Carlos Arroz

O Presidente da FNAM,
Mário Jorge